



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI n.º 499/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual de Logística e Transportes

**UNIDADE:** Departamento de Estradas de Rodagem - DER

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicita os documentos onde a concessionária Ecovias solicita a implantação das placas R/12 nas Rodovias Anchieta e Imigrantes, em toda a área concedida. Ausência de resposta. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI n.º 499/2021**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para acesso os documentos onde a concessionária Ecovias solicita a implantação das placas R/12 nas Rodovias Anchieta e Imigrantes, em toda a área concedida.
2. Em recurso, o órgão informou que o assunto era de competência da ARTESP. Inconformado, o requerente interpôs o presente recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado - OGE, conforme o artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. Esta OGE contatou a ARTESP que informou que os documentos solicitados se encontravam em posse do DER. Instado a se manifestar, o DER quedou-se silente.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente deverá se manifestar sobre o pedido formulado pelo interessado ou, se for o caso, justificar o não atendimento da demanda, em conformidade com o disposto na Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e nas disposições do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012..
5. Considerando que o DER tem a posse dos documentos enviados pela ARTESP, imprescindível que o Departamento de Estradas de Rodagem se manifeste quanto à específica demanda do interessado, fornecendo ao interessado as informações solicitadas.
6. Considerando que o órgão não atendeu ao pedido até o presente momento, e, ausente qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, **conheço do recurso, e dou-lhe provimento**, devendo o órgão adotar as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na referida Lei federal nº 12.527/2011 e no aludido Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

*Classif. documental*

006.03.02.001



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

São Paulo, 29 de dezembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado